interapia

V. 4 N. 1 (2026) · ENSAIO TEÓRICO · ISSN 3085-9085

ENSAIO TEÓRICO SOMBRA E IMAGEM

O dragão e a sombra: figuração da imagem arquetípica e o estatuto do conteúdo recusado na psicologia analítica

The dragon and the shadow: figuration of the archetypal image and the status of refused content in analytical psychology

Jean Ives Marinielli Salustiano

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 30 ABR 2026

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

A sombra é correntemente exposta por meio de inventários: listas de traços que o sujeito recusa em si. Este artigo sustenta que esse procedimento falha por razão estrutural e propõe outro eixo de leitura. Se o arquétipo é, em Jung, forma vazia — disposição a produzir imagens, e não imagem já dada —, então a sombra enquanto arquétipo não é representável, e o que se encontra na experiência é sempre uma figura que a preenche. Segue-se que o acesso ao conteúdo recusado não se dá pelo conceito, mas pela imagem que o figura: a personagem do sonho, a criatura do conto, a obra plástica. Reconstitui-se a distinção entre arquétipo e imagem arquetípica apenas no que ela exige para essa tese; delimita-se a sombra por contraste com o recalque freudiano, mostrando que a diferença decisiva não está no conteúdo, mas no destino do que foi excluído — retorno sintomático em Freud, personificação em Jung; e examina-se, como caso, a aquarela *O grande dragão vermelho e a mulher vestida de sol*, de William Blake, cujo dragão reúne monstruosidade e soberania sem permitir redução a alegoria do mal. Deriva-se daí uma regra técnica: deter-se na imagem antes de traduzi-la em atributo, porque a tradução prematura devolve o paciente à autodescrição que produziu a exclusão.

Palavras-chave: sombra; imagem arquetípica; William Blake; psicologia analítica; símbolo.

ABSTRACT

The shadow is commonly presented through inventories: lists of traits a subject refuses in himself. This article argues that such a procedure fails for structural reasons and proposes a different axis of reading. If the archetype is, in Jung, empty form — a disposition to produce images, not an image already given — then the shadow as archetype is not representable, and what is met in experience is always a figure that fills it. It follows that access to refused content occurs not through the concept but through the image that figures it: the dream character, the creature of the tale, the plastic work. The distinction between archetype and archetypal image is reconstituted only as far as this thesis requires; the shadow is delimited by contrast with Freudian repression, showing that the decisive difference lies not in content but in the destiny of what was excluded — symptomatic return in Freud, personification in Jung; and William Blake's watercolour *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun* is examined as a case, its dragon joining monstrosity and sovereignty without allowing reduction to an allegory of evil. A technical rule is derived: dwell in the image before translating it into an attribute, since premature translation returns the patient to the self-description that produced the exclusion.

Keywords: shadow; archetypal image; William Blake; analytical psychology; symbol.

1 Introdução

Há um modo corrente de apresentar a sombra que consiste em enumerá-la. Arrolam-se os traços que o sujeito recusa — a agressividade que não admite, a inveja que não nomeia, a dependência que renega — e supõe-se que, exibida a lista, reste apenas reconhecê-la. O procedimento

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

tem a vantagem da clareza expositiva e o inconveniente de não funcionar. Pacientes a quem a lista é oferecida costumam concordar com ela sem que nada se altere: a formulação é aceita como descrição plausível de alguém e não como notícia sobre si.

A falha não é de técnica, mas de estatuto. Se o arquétipo é, na formulação junguiana, forma vazia — disposição a organizar a experiência segundo certo padrão, e não conteúdo já constituído —, então a sombra enquanto arquétipo não é algo que se possa descrever, porque não há nela conteúdo a descrever. O que comparece na experiência é sempre uma imagem que a preenche: uma figura determinada, com feições, lugar e história. A lista de traços é um produto tardio, obtido por abstração a partir de imagens; oferecê-la como ponto de partida é entregar a conclusão e suprimir o percurso que a tornaria eficaz.

A tese aqui desenvolvida decorre dessa constatação: o conteúdo recusado é acessível pela via da figuração, não pela via do conceito. A sombra tem um destino próprio, que a distingue do recalcado freudiano — ela se personifica. Aparece como alguém no sonho, como criatura no conto, como figura na obra. E porque assim aparece, a obra de arte não é ilustração acessória de uma doutrina psicológica, mas documento em que o processo pode ser examinado fora do consultório, com a vantagem de estar fixado e disponível ao reexame.

O caso escolhido é a aquarela *O grande dragão vermelho e a mulher vestida de sol*, de William Blake, executada no início do século XIX. A escolha não é ornamental: o dragão de Blake resiste à leitura que dele faria um emblema do mal, porque reúne, na mesma figura, a monstruosidade e a soberania — e é precisamente essa reunião que o conceito de sombra exige e que o vocabulário moral não consegue acomodar.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários e sem material clínico.

O corpus primário reúne os textos em que os conceitos mobilizados recebem formulação sistemática. De Jung: *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (OC 9/1), para a distinção entre arquétipo e imagem; *O eu e o inconsciente* (OC 7/2), para a relação entre consciência e conteúdos autônomos; *Aion* (OC 9/2), para a delimitação da sombra; e *A natureza da psique* (OC 8/2), para o estatuto do símbolo. De Freud, tomados para contraste e não para síntese: *A interpretação dos sonhos* (1900), *O inconsciente* e *A repressão* (1915) e *O ego e o id* (1923).

O corpus secundário tem três ordens. A primeira, de comentário junguiano sobre a sombra em material narrativo: von Franz e a coletânea organizada por Zweig e Abrams. A segunda, sobre o estatuto da imagem: Hillman, cuja psicologia arquetípica radicaliza a recusa de traduzir a imagem em conceito. A terceira, de literatura especializada sobre Blake: o catálogo de Butlin, para datação e localização das obras, e o estudo de Frye, para a doutrina dos contrários.

O critério de inclusão foi a presença de elaboração conceitual sobre a relação entre conteúdo psíquico recusado e sua figuração. Excluíram-se, por não satisfazerem o critério de verificabilidade exigido, obras de divulgação sobre trabalho com a sombra, manuais de autoconhecimento e portais de conteúdo não submetidos a revisão. O procedimento consistiu em três movimentos: delimitação do que a distinção arquétipo/imagem implica para a sombra; contraste com o recalque freudiano quanto ao destino do conteúdo excluído; e exame do caso Blake, do qual se derivam consequências técnicas.

3 Arquétipo, imagem e o que isso impõe à sombra

A distinção entre arquétipo e imagem arquetípica é pressuposto deste artigo, não seu objeto. Basta reter dela o que a tese exige. O arquétipo é, em Jung, disposição formal: a predisposição a configurar a experiência segundo certo padrão, desprovida de conteúdo próprio. A imagem arquetípica é seu preenchimento histórico e particular — a figura determinada em que a disposição se realiza aqui, para este sujeito, com o material de sua biografia e de sua cultura (Jung, 2000). A disposição é constante; a figura, variável e irredutivelmente singular.

Perde-se essa distinção quando se trata o arquétipo como molde que imprimiria a mesma forma em toda parte, caricatura que converteria a psicologia analítica num catálogo de tipos universais. Jung sustenta o contrário: o que se herda é a capacidade de formar imagens, não as imagens; estas se produzem no encontro entre a disposição e uma situação concreta, e por isso nenhuma se repete (Jung, 2013).

A consequência para a sombra é direta e raramente extraída. Se o arquétipo é forma vazia, então não existe algo como *a* sombra que se pudesse apresentar a alguém. Existe a disposição a excluir da imagem consciente de si o que a contradiz, e existem as figuras determinadas em que o

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

excluído se apresenta. Falar da sombra em geral é falar da disposição; encontrá-la é sempre encontrar uma figura. O inventário de traços opera no primeiro registro e promete resultados que só o segundo produz.

Cabe, no mesmo movimento, corrigir uma identificação que o vocabulário favorece. A sombra não é o lado mau. É o que o eu não reconhece como seu (Jung, 2012). O critério da exclusão é relacional, não moral: define-se pelo que a imagem consciente de si, formada em determinado meio, não pode acolher. Disso decorre que a sombra abriga tanto disposições que a moral corrente reprova quanto capacidades vitais recusadas sem que nelas haja nada de condenável — a ternura num meio que a lê como fraqueza, a ambição num lugar familiar que a tornou indevida, a competência que excederia o papel atribuído. Von Franz (1985) observa, examinando o material dos contos, que a figura sombria raramente é apenas hostil: costuma deter aquilo de que o herói precisa e não possui. É esse duplo conteúdo que a próxima seção precisa preservar.

4 Sombra e recalque: o destino do que foi excluído

A comparação entre a sombra junguiana e o recalque freudiano é frequente e quase sempre mal conduzida, porque busca a diferença no conteúdo quando ela está no destino. Convém, antes, restituir o conceito freudiano em seus próprios termos.

O recalque é, para Freud (1915b), operação que mantém afastado da consciência o representante psíquico de uma pulsão cuja satisfação seria em si prazerosa, mas inconciliável com outras exigências do aparelho. Três traços a caracterizam: incide sobre um representante já constituído; exige contrainvestimento permanente, sendo processo contínuo e custoso; e não destrói o que afasta, de modo que o recalcado subsiste com sua carga e produz efeitos (Freud, 1915a). Esses efeitos são formações substitutivas — sintoma, sonho, ato falho —, e é por elas que a existência do recalcado se infere. Laplanche e Pontalis (2001) registram que o termo designa, em Freud, tanto a operação específica quanto, em acepção ampliada, a defesa em geral, ambiguidade que facilita a confusão aqui em causa.

Trata-se de teoria distinta, oriunda de outro quadro conceitual, e não de versão preliminar do conceito junguiano. Três diferenças importam.

A primeira é de critério. O que determina a exclusão, em Freud, é o conflito entre exigência pulsional e exigência do ego ou do superego (Freud, 1923). O que determina a exclusão, em Jung, é a incompatibilidade com a imagem consciente de si — critério que incorpora o conflito pulsional, mas não se esgota nele, porque inclui o que o meio tornou impraticável sem que houvesse proibição.

A segunda é de conteúdo, e aqui a formulação exige cuidado. Não se trata de que Freud veja apenas o negativo e Jung também o positivo; trata-se de que parte do que a sombra abriga nunca chegou a ser representante pulsional recalcado, porque nunca chegou a constituir-se. Uma capacidade não exercida não foi afastada da consciência: não foi formada. O conceito de recalque não se aplica a ela, não por insuficiência, mas por não ser esse o seu objeto.

A terceira, decisiva para este artigo, é de destino. O recalcado retorna disfarçado, em formação substitutiva que o deforma o bastante para passar pela censura. A sombra retorna figurada: apresenta-se como personagem. No sonho, assume tipicamente a forma de alguém do mesmo sexo do sonhador, portador do traço recusado, com quem o eu onírico entra em relação — persegue, é perseguido, negocia, foge (Jung, 2012). Não é disfarce de um conteúdo verbal anterior: é o modo próprio de aparecer de algo que não tinha forma verbal prévia.

Convém não exagerar o contraste. Freud (1900) descreveu, sob o nome de consideração à figurabilidade, a exigência de que o pensamento onírico se converta em imagem, reconhecendo portanto que o trabalho do sonho é trabalho de figuração. A divergência não está na existência do fenômeno, mas em seu estatuto: para Freud a imagem é veículo imposto pelas condições do estado de sono e pela censura, e a interpretação se cumpre ao restituir o pensamento latente; para Jung a imagem não recobre um conteúdo traduzível, e a tradução, quando apressada, destrói o que havia a examinar. Hillman (2010) levou essa posição ao limite ao sustentar que o trabalho analítico consiste em permanecer na imagem, interrogando-a em seus próprios termos, e não em convertê-la em proposição sobre o paciente.

5 O dragão de Blake: a sombra como figura soberana

Entre 1803 e 1805, William Blake executou uma série de aquarelas sobre o capítulo 12 do Apocalipse; a versão aqui considerada, *O grande dragão vermelho e a mulher vestida de sol*, encontra-se no Brooklyn Museum, e o conjunto está catalogado por Butlin (1981). A composição mostra o dragão em primeiro plano, visto de costas, braços abertos, asas membranosas ocupando toda a largura da cena, e, abaixo, a figura luminosa da mulher. O obser-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

vador ocupa, portanto, a posição de quem está atrás da criatura — vê o que ela vê, não o seu rosto.

Essa aquarela interessa a este argumento por uma razão precisa: o dragão não é redutível a emblema do mal. É monstruoso e é soberano. Tem escala, coroa, simetria e domínio da composição; é a figura que organiza o quadro, não a que o ameaça de fora. Quem o lê como alegoria do pecado precisa descartar justamente aquilo que a imagem insiste em exibir — a sua grandeza. E é essa reunião de atributos incompatíveis no vocabulário moral que torna a figura adequada ao conceito de sombra, que exige exatamente isso: o recusado não é apenas o abjeto, é também o poderoso que o eu não se autoriza.

Blake dispunha de formulação própria para a coexistência de contrários. Em *O casamento do céu e do inferno* (1790), afirma que sem contrários não há progressão, e organiza o texto como confronto deliberado entre vozes opostas que o livro recusa reconciliar (Blake, 2005). Frye (1947) mostrou que essa recusa é princípio construtivo de toda a obra, e não provocação ocasional. Convém, aqui, evitar dois erros simétricos. O primeiro é anacrônico: dizer que Blake antecipou Jung atribui a um poeta do século XVIII uma intenção que ele não poderia ter. O segundo é redutor: tratar a obra como ilustração de uma doutrina posterior. O que se sustenta é mais modesto e mais defensável — que Blake e Jung formulam, com meios distintos, o mesmo problema: o de uma totalidade que não se obtém pela eliminação de um dos polos.

Cabe ainda uma ressalva de leitura. A interpretação que vê na cena o inconsciente subjugando o princípio feminino interior é possível, mas excede o que a imagem autoriza: atribui à composição uma tese sobre desequilíbrio psíquico que depende inteiramente do quadro teórico trazido pelo intérprete. A disciplina que a psicologia arquetípica recomenda consiste em descrever antes de concluir, e em registrar o que a figura faz em vez de decidir o que ela significa.

Generalizando o caso: a imagem plástica é um dos registros em que a sombra se figura, ao lado do sonho, do material narrativo tradicional e da projeção sobre o semelhante. Cada registro tem alcance e risco próprios, resumidos a seguir.

REGISTRO	FIGURA TÍPICA	O QUE TORNA VISÍVEL	RISCO DE LEITURA
Sonho	Personagem do mesmo sexo, portador do traço recusado	A relação do eu com o conteúdo: fuga, disputa, pacto	Traduzir em atributo antes de descrever a cena
Conto e mito	Adversário que detém o objeto de que o herói precisa	O duplo conteúdo: ameaça e recurso na mesma figura	Moralizar a narrativa e perder o recurso
Obra plástica	Criatura que reúne monstruosidade e soberania	A incompatibilidade de atributos que o conceito dissolve	Tomar a obra por ilustração de tese posterior
Projeção	Pessoa concreta investida de carga desproporcionada	O conteúdo em ato, localizado fora do sujeito	Confirmar o juízo sobre o outro em vez de o devolver

Tabela 1 — Registros em que a sombra se figura, segundo a forma típica da figura, o que cada registro torna observável e o erro de leitura a que cada um é mais exposto. A coluna de riscos registra falhas de procedimento, não critérios diagnósticos.

6 Consequências para o trabalho clínico

6.1 A regra da demora

Da tese decorre uma exigência técnica elementar: deter-se na imagem antes de traduzi-la. Diante da figura que o paciente traz — a criatura do sonho, o personagem recorrente, o desenho —, a tentação é nomeá-la de imediato: isto é a sua raiva, isto é a sua ambição. A nomeação tem eficácia aparente, porque o paciente a aceita; e tem ineficácia real, porque devolve o conteúdo ao registro da autodescrição, que é precisamente o registro em que a exclusão foi operada. Uma imagem convertida em atributo torna-se item de lista, e a lista já se mostrou inoperante.

O procedimento alternativo é descritivo antes de ser interpretativo: o que a figura faz, onde está, o que quer, como o eu onírico se comporta diante dela, o que aconteceria se não fugisse. Jung (2011) descreveu, sob o nome de imaginação ativa, o prolongamento deliberado desse comércio com a figura, em que o sujeito sustenta a relação com o conteúdo autônomo sem dissolvê-lo em explicação. Não se trata de recusar a interpretação, mas de situá-la depois, quando a figura já tiver consistência bastante para que o conceito a resuma sem a substituir.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

6.2 Projeções no vínculo

A projeção é o registro em que a sombra se figura usando material vivo: uma pessoa concreta recebe o traço recusado e passa a ser percebida através dele. O indicador é a desproporção entre a carga afetiva e o fato que a motivou. No vínculo analítico, o paciente atribuirá ao analista traços que não reconhece em si, e tais atribuições não são erro a corrigir nem ataque a suportar, mas o conteúdo manifestando-se onde pode ser observado em ato.

A simetria é real e menos admitida: o analista também projeta. Diante de um paciente que encarna o que ele próprio recusou, sua escuta perde neutralidade por vias que não se anunciam — interesse desigual pelos temas, interpretações corretas em conteúdo e inoportunas em tempo, impaciência atribuída à resistência do outro. Nenhuma formação suprime o risco; o que o torna manejável é a análise pessoal continuada e a supervisão.

6.3 Delimitação do objetivo

Integrar a sombra não é realizar o que ela contém nem suprimi-la, mas reconhecê-la como própria e admiti-la ao campo das escolhas conscientes. Quem reconhece a própria agressividade não passa a agredir: passa a dispor dela como informação sobre si. Quem reconhece a própria necessidade do outro não se torna dependente: deixa de organizar a vida em torno da recusa dessa necessidade.

A delimitação separa o trabalho analítico das versões abreviadas que circulam sob o rótulo de trabalho com a sombra e prometem integração mediada por protocolo ou curso breve. A coletânea organizada por Zweig e Abrams (1991), que reuniu textos de procedência desigual sobre o tema, documenta tanto o interesse legítimo que o conceito desperta fora do meio especializado quanto a facilidade com que ele se converte em técnica de rendimento rápido. O que resiste, contudo, não é falta de informação: é o investimento que sustenta a recusa, e nenhum procedimento o dissolve por via informativa.

Considerações finais

Três conclusões se sustentam ao cabo do percurso.

A primeira é que a exposição da sombra por inventário de traços é inconsistente com a própria teoria que a sustenta. Se o arquétipo é forma vazia, a sombra em geral não tem conteúdo a enumerar; o que há são figuras determinadas, e é nelas que o trabalho se faz. A lista não é atalho para o encontro: é seu substituto, e um substituto que o impede, porque oferece ao eu uma formulação com que concordar.

A segunda é que a diferença entre a sombra junguiana e o recalque freudiano não se resolve pela oposição entre conteúdo negativo e conteúdo positivo. Ela está no destino do que foi excluído: o recalcado retorna deformado em formação substitutiva, a sombra retorna personificada. São duas teorias, com objetos e economias distintas, e a tentativa de fundi-las produz um híbrido que não serve a nenhuma das duas clínicas.

A terceira diz respeito ao lugar da obra de arte nesse campo. O dragão de Blake não é exemplo didático de uma tese psicológica; é um documento em que a reunião de atributos que o conceito de sombra exige — o abjeto e o soberano na mesma figura — está realizada e disponível ao exame. Obras assim funcionam como laboratório do que a clínica encontra fragmentado: nelas, a figura já está fixada, pode ser revista, e não se desfaz quando o intérprete erra. Resta, como programa de investigação, examinar sistematicamente que registros de figuração se mostram mais produtivos em que momentos do processo — pergunta que este artigo delimita sem responder, e que exige material de outra ordem para ser tratada.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo recuperado da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BLAKE, W. *O casamento do céu e do inferno* (1790). São Paulo: Hedra, 2005.

BUTLIN, M. *The paintings and drawings of William Blake*. New Haven: Yale University Press, 1981.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. O inconsciente (1915a). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.

FREUD, S. A repressão (1915b). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-162.

FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.

FRYE, N. *Fearful symmetry*: a study of William Blake. Princeton: Princeton University Press, 1947.

HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Obras completas, v. 7/2. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUNG, C. G. *Aion*: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Obras completas, v. 9/2. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Obras completas, v. 8/2. Petrópolis: Vozes, 2013.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VON FRANZ, M.-L. *A sombra e o mal nos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 1985.

ZWEIG, C.; ABRAMS, J. (org.). *Ao encontro da sombra*: o poder oculto do lado negro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 1991.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

SALUSTIANO, J. I. M. O dragão e a sombra: figuração da imagem arquetípica e o estatuto do conteúdo recusado na psicologia analítica. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 4, n. 1, p. 34-40, 2026.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.